

Amaral Pereira, Camila; Silva, Sandro Pereira

Working Paper

Economia solidária como vetor de extensão universitária: Uma análise bibliográfica sobre a prática de incubação de cooperativas populares entre 2001 e 2021

Texto para Discussão, No. 2968

Provided in Cooperation with:

Institute of Applied Economic Research (ipea), Brasília

Suggested Citation: Amaral Pereira, Camila; Silva, Sandro Pereira (2024) : Economia solidária como vetor de extensão universitária: Uma análise bibliográfica sobre a prática de incubação de cooperativas populares entre 2001 e 2021, Texto para Discussão, No. 2968, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, <https://doi.org/10.38116/td2968-port> , <https://hdl.handle.net/11058/13080>

This Version is available at:

<https://hdl.handle.net/10419/290137>

Standard-Nutzungsbedingungen:

Die Dokumente auf EconStor dürfen zu eigenen wissenschaftlichen Zwecken und zum Privatgebrauch gespeichert und kopiert werden.

Sie dürfen die Dokumente nicht für öffentliche oder kommerzielle Zwecke vervielfältigen, öffentlich ausstellen, öffentlich zugänglich machen, vertreiben oder anderweitig nutzen.

Sofern die Verfasser die Dokumente unter Open-Content-Lizenzen (insbesondere CC-Lizenzen) zur Verfügung gestellt haben sollten, gelten abweichend von diesen Nutzungsbedingungen die in der dort genannten Lizenz gewährten Nutzungsrechte.

Terms of use:

Documents in EconStor may be saved and copied for your personal and scholarly purposes.

You are not to copy documents for public or commercial purposes, to exhibit the documents publicly, to make them publicly available on the internet, or to distribute or otherwise use the documents in public.

If the documents have been made available under an Open Content Licence (especially Creative Commons Licences), you may exercise further usage rights as specified in the indicated licence.



<https://creativecommons.org/licenses/by/2.5/br/>

TEXTO PARA DISCUSSÃO

2968

**ECONOMIA SOLIDÁRIA
COMO VETOR DE EXTENSÃO
UNIVERSITÁRIA: UMA ANÁLISE
BIBLIOGRÁFICA SOBRE A
PRÁTICA DE INCUBAÇÃO DE
COOPERATIVAS POPULARES
ENTRE 2001 E 2021**

**CAMILA AMARAL PEREIRA
SANDRO PEREIRA SILVA**

ipea

Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

**ECONOMIA SOLIDÁRIA
COMO VETOR DE EXTENSÃO
UNIVERSITÁRIA: UMA ANÁLISE
BIBLIOGRÁFICA SOBRE A
PRÁTICA DE INCUBAÇÃO DE
COOPERATIVAS POPULARES
ENTRE 2001 E 2021**

**CAMILA AMARAL PEREIRA¹
SANDRO PEREIRA SILVA²**

1. Pesquisadora bolsista do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Disoc/Ipea). *E-mail:* camila.pereira@ipea.gov.br.

2. Técnico de planejamento e pesquisa na Disoc/Ipea. *E-mail:* sandro.pereira@ipea.gov.br.

Governo Federal

Ministério do Planejamento e Orçamento

Ministra Simone Nassar Tebet

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidenta

LUCIANA MENDES SANTOS SERVO

Diretor de Desenvolvimento Institucional

FERNANDO GAIGER SILVEIRA

**Diretora de Estudos e Políticas do Estado,
das Instituições e da Democracia**

LUSENI MARIA CORDEIRO DE AQUINO

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

CLÁUDIO ROBERTO AMITRANO

**Diretor de Estudos e Políticas Regionais,
Urbanas e Ambientais**

ARISTIDES MONTEIRO NETO

**Diretora de Estudos e Políticas Setoriais,
de Inovação, Regulação e Infraestrutura**

FERNANDA DE NEGRI

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

CARLOS HENRIQUE LEITE CORSEUIL

Diretor de Estudos Internacionais

FÁBIO VÉRAS SOARES

Chefe de Gabinete

ALEXANDRE DOS SANTOS CUNHA

**Coordenador-Geral de Imprensa
e Comunicação Social (substituto)**

JOÃO CLAUDIO GARCIA RODRIGUES LIMA

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Texto para Discussão

Publicação seriada que divulga resultados de estudos e pesquisas em desenvolvimento pelo Ipea com o objetivo de fomentar o debate e oferecer subsídios à formulação e avaliação de políticas públicas.

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2024

Pereira, Camila Amaral

Economia solidária como vetor de extensão universitária : uma análise bibliográfica sobre a prática de incubação de cooperativas populares entre 2001 e 2021 / Camila Amaral Pereira, Sandro Pereira Silva. – Brasília, DF: Ipea, 2024.

36 p.: il. – (Texto para Discussão ; n. 2968).

Inclui Bibliografia.

ISSN 1415-4765

1. Economia Solidária. 2. Extensão Universitária. 3. ITCPs. 4. Trabalho Associado. 5. Desenvolvimento Local. I. Silva, Sandro Pereira. II. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. III. Título.

CDD 363.72

Ficha catalográfica elaborada por Elizabeth Ferreira da Silva CRB-7/6844.

Como citar:

PEREIRA, Camila Amaral; SILVA, Sandro Pereira. **Economia solidária como vetor de extensão universitária** : uma análise bibliográfica sobre a prática de incubação de cooperativas populares entre 2001 e 2021. Brasília, DF : Ipea, fev. 2024. 36 p. : il. (Texto para Discussão, n. 2968). DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td2968-port>.

JEL: H00; H52; H79; I29.

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td2968-port>.

As publicações do Ipea estão disponíveis para download gratuito nos formatos PDF (todas) e ePUB (livros e periódicos).

Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento e Orçamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

SINOPSE

1 INTRODUÇÃO	6
2 REVISÃO DE LITERATURA	8
2.1 ITCPs como vetores de extensão universitária	8
2.2 ITCPs como interface entre extensão universitária e economia solidária.....	10
2.3 O surgimento das ITCPs e sua inserção na agenda governamental	14
3 METODOLOGIA E UNIVERSO DE ANÁLISE	16
4 CATEGORIAS TEMÁTICAS E CONTEÚDO ANALÍTICO	20
4.1 Modelo organizacional	21
4.2 Processo pedagógico.....	22
4.3 Organização de cooperativas	22
4.4 Metodologia de intervenção	23
4.5 Tecnologia social	24
4.6 Demais categorias.....	24
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25
REFERÊNCIAS	26

SINOPSE

O objetivo deste estudo é analisar a prática da incubação de empreendimentos de economia solidária como vetor de extensão universitária no Brasil. Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica e bibliométrica em dissertações e teses defendidas em instituições de ensino superior brasileiras que abordaram esse tipo de atividade em Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) entre os anos de 2001 e 2021. Foi possível identificar 73 publicações acadêmicas (dezesseis teses e 57 dissertações), elaboradas em programas de pós-graduação de diversas áreas do conhecimento no Brasil. As publicações identificadas foram classificadas em oito categorias analíticas, de acordo com seus respectivos focos de análise. Conclui-se que a prática de incubação de cooperativas populares tem se tornado um tema relevante de pesquisa, o que indica uma relação bastante interconectada entre ensino, pesquisa e extensão nas unidades de ensino superior no Brasil.

Palavras-chave: economia solidária; extensão universitária; ITCPs; trabalho associado; desenvolvimento local.

ABSTRACT

The objective of this study is to analyze the practice of incubating solidarity economy enterprises as a vector of university extension in Brazil. To this end, a bibliographic and bibliometric research was carried out on dissertations and theses defended in Brazilian higher education institutions that addressed this type of activity in Technological Incubators of Popular Cooperatives (ITCPs), between the years 2001 and 2021. It was possible to identify 73 academic publications (16 theses and 57 dissertations), prepared in postgraduate programs in different areas of knowledge in Brazil. The identified publications were classified into eight analytical categories, according to their respective focuses of analysis. It is concluded that the practice of incubating popular cooperatives has become a relevant research topic, which indicates a very interconnected relationship between teaching, research and extension in higher education units in Brazil.

Keywords: solidarity economy; university extension; ITCPs; associated work; local development.

1 INTRODUÇÃO

As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) são organizações criadas dentro das estruturas de instituições de ensino superior no Brasil para a prática da extensão universitária. Sob a ótica da economia solidária, elas desenvolvem uma série de atividades voltadas a fomentar e assessorar grupos produtivos de trabalhadores locais, organizados na forma de empreendimentos associativos e autogestionários, para a geração de trabalho e renda.

Nessa perspectiva, um projeto de incubação de empreendimentos dessa natureza, desenvolvido no âmbito de instituições universitárias, está calcado sob dois objetivos centrais e complementares. De um lado, busca disponibilizar aos grupos atendidos o conhecimento técnico e científico a ser utilizado para a consolidação de projetos produtivos em suas diferentes dimensões socio-organizativas. Por outro, visa também proporcionar um espaço de atuação no qual professores e alunos possam ter contato direto no campo para a observação e o aprendizado em relação à sociedade e suas demandas sociais mais urgentes (Addor e Henriques, 2015).

Entre as atividades de assessoramento prestadas pelas equipes das ITCPs aos grupos incubados, paralelamente ao estudo de viabilidade (econômica, social, técnica, ambiental, cultural e política),¹ estão algumas que são imprescindíveis para os processos de gestão e tomada de decisão, tais como: organização do trabalho e do fluxo de informações; definição de alternativas econômicas e estratégias de comercialização; planejamento sobre compra e venda de produtos e serviços etc. Elas também atuam no desenvolvimento de tecnologias (artefatos, metodologias e rotinas operacionais) que respeitem as reais necessidades dos trabalhadores em uma determinada coletividade, além de problematizar as próprias realidades de intervenção dentro de diferentes ramos do conhecimento, o que por si se apresenta como um material valioso para a promoção científica. Logo, as ações de incubação promovidas têm a finalidade de integrar de forma sistêmica os três pilares balizadores da formação universitária (ensino, pesquisa e extensão), possibilitando que se tornem complementares e interdependentes.

1. O estudo de viabilidade é um instrumento que instiga a reflexão dos trabalhadores associados sobre as questões internas ao empreendimento (o processo de trabalho, o que cabe a cada um fazer, as relações de cada um com os outros) bem como sobre as questões externas (as relações com a comunidade local, o mercado, as entidades de apoio, as diferentes esferas do governo). O que se pretende por meio do estudo é aumentar a capacidade do grupo de intervir e influir na realidade em que se situa. Trata-se de um processo de aprendizado de todos os participantes do empreendimento, direcionado para o reconhecimento de todos os aspectos da atividade que realizam. Entendido dessa forma, o estudo de viabilidade não é uma questão apenas técnica, mas essencialmente educativa e política (IADH, 2011, p. 92).

As primeiras experiências de ITCP são originárias dos anos 1990, e sua denominação está associada aos projetos de “incubadoras tecnológicas de empresas” que já existiam em algumas universidades. Em contraposição, foi proposto, primeiramente, um projeto de extensão universitária na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) voltado não a empresas tradicionais, baseadas no trabalho assalariado, mas a “cooperativas populares”. O conceito de cooperativa popular à época, referente a grupos extrafamiliares de trabalhadores organizados de forma autônoma e associativa, também era um contraponto à noção oficial de cooperativismo sob os preceitos da Lei nº 5.764/1971, cujas exigências de formalização eram (e ainda são, visto que a lei continua em vigor) bastante restritivas.² Assim, entendia-se por cooperativa popular qualquer empreendimento de finalidade econômica baseado no trabalho associativo, independentemente de seu grau de formalização (podendo inclusive ser informais, ao menos em seu início).

Recentemente, tanto na literatura quanto entre os movimentos sociais, tem se convencido utilizar o termo empreendimento de economia solidária (EES), por envolver um repertório mais amplo de possibilidades de organização coletiva (cooperativas, associações, grupos informais etc.). Apesar de não haver estatísticas oficiais sobre esse segmento socioeconômico, dada a heterogeneidade de formatos existentes, o último levantamento quantitativo indicava a existência de cerca de 20 mil EES em todo o país, em diferentes estágios de estruturação e inseridos em diferentes redes e cadeias produtivas (Silva, 2020a). Parte deles recebe apoio técnico de variadas formas, sendo as ITCPs um importante canal de assessoria, respeitando suas realidades durante o processo de incubação (Addor, Maia e Oliveira, 2020; Silva, 2016; Varanda e Cunha, 2007).

À medida que essa prática extensionista foi se disseminando entre as instituições de ensino superior brasileiras, elas próprias passaram a ser objeto de pesquisa, a partir de reflexões teóricas e empíricas que vão desde o plano organizativo dessas iniciativas até as experiências operacionais nos grupos e em seus territórios de incidência. Não por acaso, há evidências de que projetos extensionistas dessa natureza induzem a novas atividades de pesquisa (consubstanciadas em trabalhos finais de conclusão de curso) e ensino (disponibilização de disciplinas regulares para cursos de graduação e pós-graduação) sobre o tema da economia solidária nos respectivos institutos universitários (Bertucci, 2010; Silva, 2020b). Por esse conjunto de fatores, alguns autores chegaram a ressaltar o surgimento das ITCPs como elemento de ressignificação do papel da universidade brasileira, voltado a uma agenda original

2. Vale destacar que, mais recentemente, um novo marco jurídico específico para o cooperativismo de trabalho foi instituído pela Lei nº 12.690/2012, abrindo novas possibilidades de formalização para os EES. Sobre a lei, ver Pereira e Silva (2012).

de combate a problemas sociais de diferentes naturezas e abrangências por meio da articulação entre ensino, pesquisa e extensão (Cortegoso e Lussi, 2016; França Filho, Reis e Castro, 2021; Morais e Molina, 2021).

Com base em tal panorama, este estudo teve como objetivo analisar a produção científica sobre as experiências de ITCP no Brasil em suas múltiplas abordagens, ao categorizar seu escopo temático e identificar padrões de evolução ao longo do tempo. Assumiu-se como pressuposto que o caráter multidimensional balizador dessas experiências contribui para que o tema seja discutido em diferentes áreas disciplinares do conhecimento, de modo a reforçar seu potencial de destaque como vetor relevante para a extensão universitária, sobretudo no contexto mais recente de interiorização dos institutos de ensino superior no país.

Para tanto, foi realizada uma revisão sistemática de bibliografia em teses e dissertações defendidas nas instituições de ensino superior brasileiras que abordam de alguma forma a temática da incubação de empreendimentos solidários. Com isso, pretende-se contribuir para a reflexão sobre a relevante interface entre extensão universitária e princípios da economia solidária, ao mapear o “estado da arte” desse campo de pesquisa, além de instigar novos questionamentos para projetos futuros.

O texto está disposto em cinco seções, contando com esta introdução. A seção 2 traz uma revisão geral da literatura que aborda o problema de pesquisa, com destaque para a atividade das ITCPs como vetores de extensão universitária sob a diretriz orientadora da economia solidária. A seção 3 apresenta a metodologia e o universo de análise proposto. Na seção 4, são listadas e discutidas as principais categorias analíticas identificadas a partir do montante de estudos identificados na busca bibliográfica. Por fim, na seção 5, são tecidas algumas considerações conclusivas.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Nesta seção, buscou-se, primeiramente, trazer elementos para compreender as concepções, as diretrizes orientadoras e o contexto de surgimento das ITCPs no Brasil, com destaque para sua relação de interface com a economia solidária; e, *a posteriori*, compreender como se insere essa temática na política pública e seu diálogo com a extensão universitária.

2.1 ITCPs como vetores de extensão universitária

As ITCPs compõem um vetor relevante para a prática de extensão universitária, pois se inserem diretamente nas realidades socioeconômicas locais, no intuito de construir

soluções possíveis de enfrentamento dos desafios que lhe permeiam. Nesse processo, busca-se a identificação e a sistematização de metodologias adequadas à natureza dos empreendimentos e demais grupos comunitários a serem apoiados. Por sua própria característica, elas constituem também espaços de estudo e pesquisa de caráter multidisciplinar, o que expande consideravelmente o potencial de sua atuação nos seus respectivos contextos.

As diretrizes que orientam as ações de incubação compreendem a construção de conhecimento, envolvendo, além dos atores da academia (discentes, docentes e técnicos administrativos), atores da comunidade (trabalhadores, profissionais, organizações da sociedade civil, gestores públicos, entre outros), com interesses, culturas e níveis educacionais distintos. Essa construção ocorre com o estabelecimento de parcerias que visam à implantação de dinâmicas de desenvolvimento sustentável, que, por sua vez, requerem ações de imersão e acompanhamento de médio e longo prazo. Dessa forma, as ITCPs se encaixam na concepção de extensão universitária prevista no I Encontro Nacional de Pró-reitores de Extensão, como sendo

o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade [como] uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da *práxis* de um conhecimento acadêmico (Rufino, 2018, p. 30).

A prática extensionista promovida pelas ITCPs baseia-se predominantemente na pesquisa-ação, que é pautada na flexibilidade das ações cotidianas, isto é, resultante de diálogos entre a equipe técnica e as organizações ou indivíduos que apresentam as demandas a serem enfrentadas, de modo que comunidade e universidade possam conjuntamente produzir soluções para as questões levantadas. Assim, o processo de incubação, mais que uma troca de saberes, é entendido como

a produção de conhecimento na qual o saber popular e os conceitos teóricos ou conhecimentos acadêmico-científicos do educador são utilizados como matéria-prima por ambos, educador e educando, de maneira a [transformá-los] em saberes aplicáveis ou mais adequados à natureza do empreendimento e do trabalhador cooperativo (Reis, Ferreira e Nascimento, 2018, p. 125).

Por sua vez, essa interação entre o grupo incubado e as equipes técnicas das ITCPs, ou seja, o processo de incubação propriamente dito, compreende uma gama de atividades sistemáticas que ocorre desde o contato inicial até que se conclua o cronograma metodológico previsto, passando pelas etapas de formação, assessoria

e acompanhamento técnico. Ao final, espera-se que cada EES envolvido conquiste a autonomia organizativa e a viabilidade econômica necessária para cumprir os objetivos iniciais propostos pelos associados. Dessa forma, a incubação representa uma possibilidade concreta de articulação entre as demandas dos empreendimentos e a potencial disseminação de soluções técnicas por parte das instituições de ensino superior e tecnológico (Reis, Ferreira e Nascimento, 2018). Contudo, a incubação de empreendimentos populares é um processo complexo, de modo que essas etapas são muito particulares à realidade de cada grupo incubado (Guerra, 2008).

Portanto, pode-se afirmar de maneira sintética que a estratégia de extensão universitária estruturada em torno da atuação das ITCPs está calcada em cinco principais eixos: i) fomento a empreendimentos econômicos coletivos e autogestionários (formais e informais) para a geração de trabalho e renda; ii) articulação de redes de cooperação e de cadeias produtivas solidárias no território, envolvendo os EES em ações que favoreçam sua autonomia; iii) realização de cursos livres de extensão sobre economia solidária e educação popular, envolvendo, além dos representantes dos EES, movimentos sociais, sindicatos, gestores públicos e a comunidade interna à universidade; iv) apoio à elaboração e à implementação de políticas públicas (economia solidária, segurança alimentar, saúde, agricultura urbana etc.) por meio de parcerias com órgãos públicos e privados; e v) articulação com as organizações da sociedade civil, com o objetivo de constituir e efetivar canais de diálogo permanentes entre trabalhadores e universidade e de realizar ações de assessoria e elaboração de projetos.

2.2 ITCPs como interface entre extensão universitária e economia solidária

As ITCPs, em seu ofício, ajudam a organizar, formar, orientar, acompanhar sistematicamente ou oferecer assessorias pontuais com o fim de qualificar técnica e administrativamente as pessoas interessadas em constituir empreendimentos economicamente viáveis. Por meio de processo educativo, orientado à participação e ao diálogo, elas instruem quanto à organização do trabalho, aos aspectos da autogestão, a assuntos de ordem jurídica, contábil e financeira, às relações interpessoais e a outros aportes necessários. Com isso, o principal objetivo desse processo é promover a geração e a consolidação dos empreendimentos de autogestão a partir de uma prática extensionista específica, contando para isso com recursos humanos e tecnológicos de suas respectivas instituições de ensino superior.

TEXTO para DISCUSSÃO

Para Singer (2009, p. 46), as ITCPs podem ser consideradas como iniciativas organizadas por professores e alunos destinadas a incubar projetos de pessoas em situação de pobreza que “se associam para criar fontes de trabalho e renda, seguindo os princípios da economia solidária, como: solidariedade, cooperação, associação, dentre outros”. Diante dessa reflexão, compreende-se que elas estão diretamente relacionadas com a economia solidária, que se expressa no país desde a década de 1990 como resposta popular à crise estrutural no trabalho, inserida em um contexto de luta social pela retomada do Estado democrático de direito a partir de 1985.

Como orientador das ações das ITCPs, o conceito de economia solidária compreende toda uma diversidade de práticas, sociais e econômicas, organizadas coletivamente por trabalhadores como empreendimentos na forma de cooperativas, associações, grupos informais, empresas recuperadas, redes de cooperação, entre outras. Esses coletivos são formados com vistas à geração de trabalho e renda para os sujeitos diretamente envolvidos, por meio da produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, comércio justo e consumo consciente e solidário, além da estruturação de projetos autogestionários de desenvolvimento comunitário a partir do enfrentamento das próprias demandas locais (Silva, 2020a).

Nesse ensejo, a economia solidária pode ser traduzida a partir de atividades econômicas e sociais com as seguintes características: i) cooperação; ii) autogestão; iii) priorização da dimensão econômica; iv) solidariedade; e v) comunicação e informação. O quadro 1 sintetiza essas múltiplas dimensões constitutivas desse conceito.

QUADRO 1

Dimensões constitutivas do conceito de economia solidária

Dimensões	Descrição analítica
Cooperação	Traduz-se na existência de interesses e objetivos comuns, na união dos esforços e capacidades, na propriedade coletiva dos meios de produção, na partilha dos resultados e na responsabilidade solidária. Está presente em diversos tipos de organizações coletivas associativas: empresas populares ou recuperadas (assumidas por trabalhadores); associações comunitárias de produção; redes de produção, comercialização e consumo; grupos informais produtivos de segmentos específicos (mulheres, jovens, quilombolas etc.); clubes de trocas e outros.
Autogestão	Concepção de projeto na qual os membros das organizações exercitam as práticas participativas nos processos de trabalho, nas definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, na direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses etc. Apoios externos de assistência técnica e gerencial, de capacitação e assessoria não substituem nem impedem o protagonismo dos verdadeiros sujeitos da ação, e o conhecimento produzido deve ser disponibilizado para todos.

(Continua)

(Continuação)

Dimensões	Descrição analítica
Priorização da dimensão econômica	É uma das bases de motivação para a agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo. Envolve o conjunto de elementos de viabilidade econômica, permeados por critérios de eficácia e efetividade, ao lado dos aspectos culturais, ambientais e sociais. Contudo, priorizar não significa excluir as dimensões social, ambiental, cultural etc. Pelo contrário, o objetivo é estruturar projetos integrados em que essas ações se convergem no território e no cotidiano das pessoas envolvidas.
Solidariedade	O caráter de solidariedade nos empreendimentos é expresso em diferentes dimensões: na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e à melhoria das condições de vida dos participantes; no compromisso com um meio ambiente saudável e com o desenvolvimento sustentável dos biomas; na relação de compromisso com as gerações futuras no que se refere às possibilidades de existência digna; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem-estar dos trabalhadores e consumidores; e no respeito aos direitos dos trabalhadores.
Comunicação e informação	Realizada pelos participantes por meio de: oficinas temáticas; espaço de estímulo e divulgação do consumo responsável dos produtos e serviços em exposição; espaços de publicização e divulgação das ações das várias instituições (governamentais ou não) e grupos de economia solidária; espaço de difusão conceitual e filosófica da economia solidária para o público em geral que participa das feiras; e espaço para a realização de atividades artísticas e culturais relacionadas à economia solidária.

Fonte: Reis, Ferreira e Nascimento (2018).
Elaboração dos autores.

Tendo em conta esse conjunto de dimensões, Costa, Dias e Silva (2023) destacam, com base nas particularidades vivenciadas ao longo de vinte anos da ITCP da Universidade Federal de Viçosa (UFV), a capilaridade e a capacidade dessas organizações para mobilizar diferentes conhecimentos em prol da economia solidária em todas as regiões do país, tanto em áreas urbanas quanto rurais. Segundo os autores, esses projetos

(...) são fundamentais para a formação de trabalhadores e trabalhadoras que atuam na economia solidária, seja em empreendimentos coletivos, assessoria técnica, políticas públicas, entre outros. O fato de estarem em ambientes de pesquisa e inovação possibilita o desenvolvimento de tecnologias sociais adequadas à realidade popular e em diálogo direto com os movimentos sociais. Além disso, ampliam o debate sobre “outras economias” nas Universidades e Institutos Técnicos, dialogando diretamente com a juventude (Costa, Dias e Silva, 2023, p. 5).

Ademais, a busca pela emancipação socioeconômica de grupos coletivos por parte das ITCPs se ancora em outras três diretrizes fundamentais, também profundamente conectadas com a noção de economia solidária: i) educação popular; ii) tecnologia social; e iii) perspectiva territorial. No caso da educação popular, supõe-se que os processos sociais sejam permeados por uma dimensão pedagógica na qual interajam saberes e sujeitos distintos, tendo como elemento norteador a organização coletiva do trabalho. Esse entendimento se distancia da tradição forjada a partir de uma hierarquia de saberes,³ isto é, na qual os “saberes gestados no âmbito dos espaços de educação formal adquirem um *status* de superioridade em relação aos espaços não formais” (Rufino, 2018, p. 33). A concepção da educação popular privilegia processos pedagógicos cujos saberes são distintos e igualmente legítimos, devendo, portanto, estruturarem-se em relações horizontais. É justamente no funcionamento dessa “horizontalidade” que reside a busca pelo empoderamento dos sujeitos sociais relegados à condição de subalternidade e vulnerabilidade.

Já a noção de tecnologia social implica a busca coletiva por soluções pelos próprios sujeitos que irão delas se beneficiar. Para isso, é necessário que o processo se pautem pela autonomia desses sujeitos, ou seja, que eles não sejam apenas usuários de soluções trazidas de fora ou produzidas por equipes de especialistas externas ao ambiente no qual se inserem. Nesse sentido, a tecnologia social é definida como “um conjunto de produtos, técnicas ou metodologias que são desenvolvidos e aplicados na interação com a população e apropriados por ela, e que representam soluções para a inclusão social e a melhoria das condições de vida” (Rufino, 2018, p. 33). Outro caráter importante da tecnologia social é seu potencial de replicabilidade em contextos sociais semelhantes.

Por sua vez, a perspectiva territorial sinaliza a delimitação do raio de ação dos projetos extensionistas, em geral circunscrito às mediações das localidades onde se encontram as instituições que lhes abrigam. Essa perspectiva orienta a articulação com os órgãos públicos e as entidades da sociedade civil para o fortalecimento de redes de apoio aos empreendimentos e adensamento de cadeias produtivas, inclusive com proposições e participação nos processos de formulação e implementação de políticas públicas.

3. Essa relação hierárquica reflete o próprio contexto de desigualdades sociais historicamente instituídas nas sociedades modernas.

2.3 O surgimento das ITCPs e sua inserção na agenda governamental

A primeira experiência de uma ITCP no Brasil, que inclusive inaugurou essa nomenclatura, surgiu de uma proposta da UFRJ apresentada durante reunião da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, realizada em 5 de janeiro de 1995, no Fórum de Ciência e Cultura. Segundo o depoimento de Luís Pinguelli Rosa, vice-diretor do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da época, a ideia veio como um *insight* que conjugava a experiência bem-sucedida de incubação de empresas (atividade iniciada em universidades brasileiras nos anos 1980) com uma alternativa viável em face da conjuntura de desemprego estrutural da década de 1990, permitindo a capacitação e atualização de trabalhadores desempregados com vistas à reinserção no mercado de trabalho por meio do cooperativismo.⁴

A partir dessa iniciativa, novas ITCPs foram criadas em outras universidades (sobretudo nas públicas), como na Universidade Federal do Ceará (UFC), em 1997. Também na Universidade de São Paulo (USP), em 1998, foi criada uma nova ITCP por meio do grupo de estudos do professor Paul Singer e da Coordenadoria Executiva de Cooperação Universitária e Atividades Especiais (Cecae), no intuito de auxiliar empreendimentos em comunidades da periferia da cidade de São Paulo, entre outras atividades previstas.⁵ A disseminação desses projetos nas universidades, além de fomentar uma nova identidade organizacional no campo da economia solidária, possibilitou novas redes e articulações em âmbito nacional, como a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede de ITCPs), em parceria com a Fundação Unitrabalho.⁶

Como consequência, no final da década de 1990, foi criado o Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Proninc), que, conforme o Decreto nº 7.357/2010,⁷ objetivava o financiamento dos processos de incubação de empreendimentos econômicos solidários.⁸ O Proninc marcou a inserção dessa temática das ITCPs na agenda governamental, ao reconhecer a relevância de suas ITCPs para os empreendimentos atendidos, sobretudo no que se refere a:

- capacitação técnica e profissional;
- assessoramento administrativo, financeiro, gerencial, jurídico e contábil;

4. Disponível em: <http://www.itcp.coppe.ufrj.br/pdf/Cronologia.ITCP.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2022.

5. Disponível em: <https://prceu.usp.br/programa/itcp-usp/>. Acesso em: 21 jul. 2022.

6. Disponível em: <http://www.unitrabalho.uem.br/institucional>.

7. Ver Brasil (2010).

8. O Proninc foi criado em 1998 para fortalecer os processos de incubação de empreendimentos autogestionários, enquanto espaços de estudos, pesquisas e desenvolvimento de tecnologias voltadas para a organização do trabalho, com foco na autogestão. Inicialmente foram apoiadas seis ITCPs (IADH, 2011).

- apoio/assessoria na comercialização, mercado e marketing;
- capacitação em economia solidária e cooperativismo;
- captação de recursos ou elaboração de projetos;
- articulação com organizações do setor público e privado;
- estratégias de comunicação;
- certificação de produtos e processos; e
- acesso a crédito.

Em junho de 2003, a economia solidária foi institucionalizada no Poder Executivo federal brasileiro, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Lei nº 10.683/2003 e do Decreto nº 4.764/2003. A Senaes surgiu a partir de uma mobilização dos movimentos sociais que atuam em diversas áreas da sociedade brasileira, no intuito de fortalecer iniciativas coletivas e autogestionárias para a geração de renda e mitigação das desigualdades sociais (Silva, 2020c).

Segundo França Filho e Laville (2006), a Política Nacional de Economia Solidária inaugurou no Brasil uma nova forma de intervenção do Estado na geração de trabalho e renda que vai além da relação assalariada, ao definir o incentivo a outras formas de organização socioeconômica, de caráter associativo.

Com a Senaes, as condições se tornaram propícias para que o Proninc fosse reativado, ampliando-se o quadro de parceiros institucionais com a entrada dos ministérios do Desenvolvimento Social, da Saúde, da Educação, da Justiça, do Turismo e da Pesca, aos quais se somam os de Ciência e Tecnologia (representado pela Financiadora de Estudos e Projetos – Finep) e do Trabalho e Emprego (representado pela própria Senaes). Essa ampliação se explica pela importância que as ITCPs e a economia solidária assumiram como canais relevantes de implementação programática do governo federal, em diálogo com projetos de extensão nas universidades, a tal ponto que o Fórum de Pró-Reitores de Cultura e Extensão também passou a integrar o Comitê Gestor do Proninc. Em seu auge, o Proninc chegou a apoiar 84 ITCPs⁹ em todo o país (Addor, Maia e Oliveira, 2020).

9. Chamada Pública nº 89/2013 do Proninc (Addor, Maia e Oliveira, 2020).

O êxito das ITCPs permitiu integrar a economia solidária não só à extensão, mas também ao ensino e à pesquisa universitária. Conforme destacou Bertucci (2010), as universidades que continham ITCP tendem a apresentar mais trabalhos de conclusão acadêmica (dissertações de mestrado e teses de doutoramento), que têm por objeto a economia solidária e suas ramificações, do que as demais. Para Melo Neto (2004, p. 53) a universidade pública, por meio da atividade de extensão universitária mediada pelas ITCPs, experimentou uma nova práxis acadêmica, na qual ensino-pesquisa-extensão são vivenciados conjuntamente como um “trabalho social útil”, ao se estudar e intervir diretamente na realidade local para além dos muros da universidade.

Porém, segundo Silva (2020d; 2021), no início de 2016, com o processo de *impeachment* imposto à então presidenta eleita Dilma Rousseff pelo Congresso Nacional, iniciou-se um processo de enfraquecimento da economia solidária na agenda do governo federal, até que se chega ao desmantelamento da Senaes e à exclusão da temática no Programa Plurianual (PPA) 2020-2023. Com isso, os programas de apoio à atividade de incubação por parte das ITCPs também foram descontinuados, passando a funcionar com recursos próprios e articulações no âmbito de cada instituição de origem, o que representa um novo cenário de desafios estruturais para essa prática extensionista no país.

3 METODOLOGIA E UNIVERSO DE ANÁLISE

Nesta seção, busca-se explicar a metodologia utilizada para a compreensão do “estado da arte” do campo de pesquisa sobre incubação de cooperativas populares nas instituições de ensino superior e sua contribuição para a prática da extensão universitária no país.

Inicialmente, realizou-se um levantamento bibliográfico e bibliométrico sobre a produção acadêmica na base da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) que aborda a temática da incubação de cooperativas populares em instituições brasileiras de ensino superior. Optou-se por limitar a busca a teses e dissertações por entender que essas pesquisas estão mais identificadas com os institutos de pesquisa, além de serem os principais insumos para outras publicações futuras em livros e periódicos científicos.

TEXTO para DISCUSSÃO

A seleção inicial dos textos se deu com base nos seguintes descritores: “incubação de cooperativas” ou “ITCP”, contidos no título, palavras-chave ou resumo, conforme sintetizado no quadro 2.

QUADRO 2

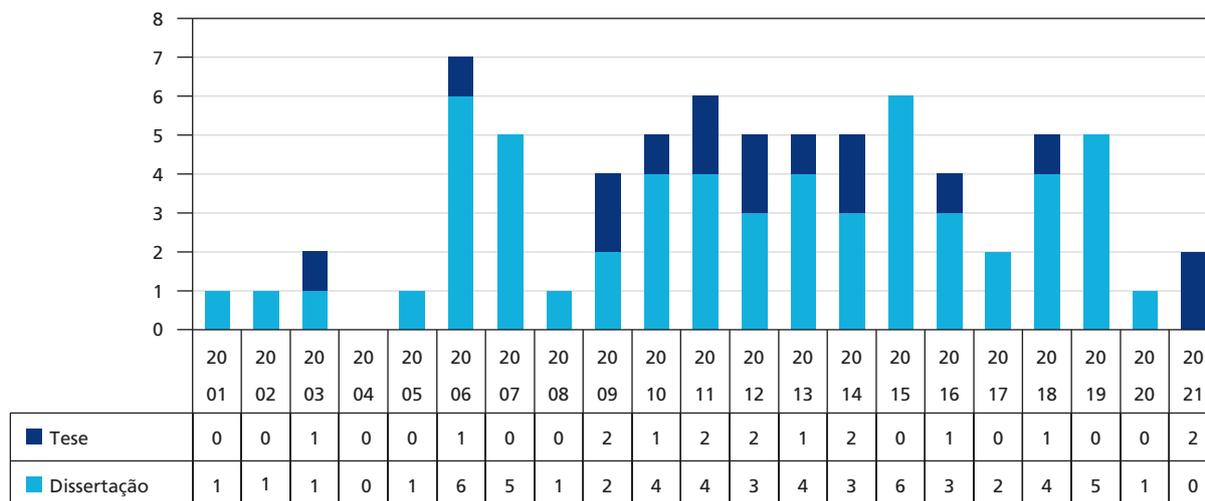
Critérios iniciais de busca para a pesquisa

Critério	Descrição
Elemento de busca	“Incubação de cooperativas” ou “ITCP”
Tipo de publicação	Teses de doutorado e dissertações de mestrado
Inserção da busca	Título, resumo, palavras-chave
Área de conhecimento	Irrestrito
Abrangência temporal	2001-2021

Elaboração dos autores.

Foram encontradas, após a primeira rodada de buscas, 128 publicações. Após uma conferência individual, 73 delas apresentavam o enfoque para o objetivo proposto (57 dissertações de mestrado e dezesseis teses de doutorado), sendo então selecionadas para a análise pretendida. Em termos de abrangência temporal, as publicações se situam entre 2001 (ano do primeiro texto identificado) e 2021, configurando, portanto, duas décadas de produção científica. Como se nota pelo gráfico 1, o ano de 2006 foi o que registrou o maior número de publicações, com seis dissertações e uma tese. Todos os textos identificados são listados na seção *Referências*. É importante ressaltar que a queda observada no número de publicações nos dois últimos anos da série (2020 e 2021) pode ter relação com a pandemia de covid-19, que alterou significativamente o calendário das instituições de ensino superior brasileiras, levando a atrasos e adiamentos nas defesas de teses e dissertações.¹⁰

10. Sobre impactos da pandemia no mercado de trabalho e na distribuição de renda no Brasil, ver Silva, Corseuil e Costa (2022).

GRÁFICO 1**Distribuição temporal do número de publicações identificadas (2001-2021)**

Fonte: Banco de dados da pesquisa.

Elaboração dos autores.

Para a análise conjunta dos artigos, buscou-se caracterizá-los de acordo com as metodologias adotadas por seus autores, dividindo-as entre aquelas com abordagem qualitativa, mista e quantitativa. Conforme observado, a maioria delas partiu de análises de natureza qualitativa, 64 (87,7% do total); enquanto cinco (6,8%) optaram pela quantitativa; e quatro (5,5%), pela abordagem mista. Entre os textos com abordagem qualitativa, predominam aqueles baseados em estudos de caso de caráter exploratório, descritivo ou comparativo; já entre aqueles com abordagem quantitativa, a maioria envolveu inferências estatísticas a partir de tabulações de dados primários (*survey*) e secundários.

Outra caracterização do material selecionado refere-se ao conteúdo e à frequência das palavras-chave em cada texto. Foram identificadas 102 palavras-chave diferentes, e as que apareceram mais vezes foram justamente “economia social/solidária”, com 45 indicações; “incubação/incubadoras de cooperativas”, com 33; e “cooperativas/cooperativismo”, com 25. A tabela 1 lista as palavras-chave com aparições em pelo menos cinco estudos analisados.

TABELA 1**Principais palavras-chave identificadas por número de artigos selecionados**

Palavras-chave	Total	(%)
Economia solidária/social/popular	45	61,6
Incubação/incubadoras de cooperativas	33	45,2
Cooperativas/cooperativismo	25	34,2
Extensão universitária	18	24,7
Autogestão	12	16,4
Educação/educação popular	9	12,3
Desenvolvimento/local/sustentável/territorial	8	10,9
Agricultura familiar	6	8,2
Catadores de materiais recicláveis	5	6,8
Sustentabilidade	5	6,8
Planejamento	5	6,8
Empreendimentos econômicos solidários	5	6,8
Trabalho	5	6,8

Fonte: Banco de dados da pesquisa.

Elaboração dos autores.

Obs.: Cada texto possui entre três e cinco palavras-chave. Algumas palavras-chave foram agrupadas por possuírem sentido comum.

Quanto ao total de orientadores(as), identificaram-se 68 nomes diferentes, com destaque para Carmen Lúcia Alves Filizola, Ioshiaqui Shimbo e Maria Zanin, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); Washington José de Sousa, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); e Genauto Carvalho de França Filho, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), ambos responsáveis por duas orientações cada. Em termos de distribuição regional das instituições de ensino, a maioria se concentra na região Sudeste, com 33 (45,2%), e apenas o estado de São Paulo respondeu por 23 delas. Por sua vez, não houve registros identificados na região Norte. A tabela 2 expõe esses números por região.

TABELA 2**Número de publicações por região brasileira**

Regiões	Dissertações	Teses	Total	(%)
Sudeste	24	9	33	45,2
Sul	17	4	21	28,8
Nordeste	9	2	11	15,1
Centro-Oeste	7	1	8	10,9
Norte	-	-	-	-
Total	57	16	73	100

Fonte: Banco de dados da pesquisa.

Elaboração dos autores.

4 CATEGORIAS TEMÁTICAS E CONTEÚDO ANALÍTICO

No intuito de obter uma visão mais detalhada da multiplicidade de fatores debatidos, procurou-se classificar os principais objetos de análise nos textos em um exercício de categorização temática, com base em um assunto central para cada um deles. Nos casos mais difíceis de definir um assunto específico, o esforço foi no sentido de classificá-los dentro do tema que mais se enquadrava. A leitura dos textos permitiu a identificação e o seu agrupamento em oito categorias temáticas, conforme demonstrado no quadro 3, com suas respectivas referências.

QUADRO 3**Textos organizados por categorias temáticas**

Categorias	Referências	Total	(%)
Modelo organizacional	Oliveira (2003); Neves (2006); Oliveira (2005); Ruwer (2011); Pisicchio (2014); Sakita (2015); Bellissimo (2016); Oliveira (2017); Moraes (2018); Ferreira (2018); Aires (2019); Fonseca (2019); Carlos (2019); e Arruda (2021).	14	19,2
Processo Pedagógico	Nóbrega (2006); Culti (2006); Kirsch (2007); Maia (2009); Pinheiro (2010); Fraga (2012); Oliveira (2012); Santana (2012); Dias (2014); Miles (2014); Tiscoski (2016); Ribeiro (2016); e Rufo (2018).	13	17,8
Organização de cooperativas	Gallo (2003); Fronza (2006); Pereira (2007); Korosue (2007); Galuch (2011); Jesus (2012); Moya (2013); Oliveira (2014); Nascimento (2016); Ferreira (2017); Guimarães (2018); e Nascimento (2019).	12	16,4

(Continua)

TEXTO para DISCUSSÃO

(Continuação)

Categorias	Referências	Total	(%)
Metodologia de intervenção	Oliveira (2002); Meira (2005); Gaivizzo (2006); Nardini (2007); Silva (2010); Souza (2010); Tagliaferro (2011); Guimarães (2015); Matos (2015); Jorge (2015); e Pires (2019).	11	15,1
Tecnologia social	Major (2001); Carvalho (2008); Vasconcellos (2012); Nascimento (2013); Gomes (2013) Condé (2013); Castro (2014); e Morges (2020).	8	10,9
Psicologia social	Dal Magro (2006); Milioni (2009); Lisniowski (2010); Bergonsi (2011); Vieira (2013); e Oliveira (2021).	6	8,2
Desenvolvimento local	Zarpelon (2007); Ramiro (2009); Ferreira (2010); Cambiaghi (2012); e Camargo (2015).	5	6,8
Políticas públicas	Goerck (2009); Gomes (2013); Nascimento (2015); e Kuhn (2018).	4	5,5

Fonte: Banco de dados da pesquisa.

Elaboração dos autores.

Segue um mapeamento sintético dos conteúdos e evidências trazidas pelas produções enquadradas em cada uma das categorias elencadas.

4.1 Modelo organizacional

A principal categoria identificada entre as pesquisas que abordam a temática da incubação de cooperativas em instituições brasileiras de ensino superior foi a de “modelo organizacional”. Trata-se de textos cujo foco está centrado na própria estrutura de organização das ITCPs em suas respectivas instituições, bem como as formas de interação com os atores públicos e privados nos seus territórios de incidência. Os quatorze textos (19,2% do total) dessa categoria foram publicados em universidades das quatro regiões representadas.

Os textos debateram o processo de acompanhamento prestado por meio das ITCPs para os grupos de trabalhadores através da assessoria, formação e capacitação oferecida, tendo como orientadores os princípios da economia solidária. Em geral, eles ressaltam as características, as dificuldades e os principais significados relacionados ao trabalho das incubadoras. Nesse sentido, destacam-se questões que abordam: as formas de articulação entre as ITCPs e os empreendimentos incubados (Aires, 2019; Neves, 2006; Ruwer, 2011); particularidades entre incubadoras universitárias de empresas e de cooperativas (Oliveira, 2003; Sakita, 2015); o processo de construção sociotécnica do projeto de ITCP (Fonseca, 2019); o sentido do trabalho e o papel das incubadoras como espaço de discussão, negociação e de práticas coletivas (Arruda, 2021; Pisicchio, 2014); o papel das ITCPs no fomento de incubadoras públicas

municipais (Ferreira, 2018); os arranjos interorganizacionais para atuação em rede das ITCPs (Oliveira, 2006); condições estruturais favorecedoras e desafiadoras de uma incubação (Bellissimo, 2016; Oliveira, 2017); avaliação da atividade de incubação no âmbito do Proninc (Carlos, 2019); e questões que influenciam e interferem na gestão estratégia das ITCPs (Moraes, 2018).

4.2 Processo pedagógico

A segunda categoria foi sobre “processo pedagógico”, cujos treze textos identificados (17,8%) versam sobre aspectos que limitam ou potencializam a ciência, a universidade e a educação de forma geral com a temática das ITCPs, com o envolvimento e reconhecimento por parte dos docentes e discentes. Trata-se, de maneira geral, da discussão sobre o ambiente de produção científico-tecnológico do contexto social, político e econômico a partir da vivência concreta das ITCPs, que, conforme os autores demonstram, se caracteriza como um espaço bastante diverso de possibilidades analíticas.

Nesse sentido, os textos abordam questões do tipo: limites intrínsecos do processo de construção de conhecimentos por meio da ação educativa entre orientadores (educadores) e trabalhadores cooperados (educandos) na prática de incubação dos empreendimentos coletivos (Culti, 2006; Nóbrega, 2006; Oliveira, 2012; Rufo, 2018; Santana, 2012; Tiscoski, 2016); mediação para a construção de cadeias produtivas em região de fronteira visando à inserção de empreendimentos de Brasil e Uruguai (Miles, 2014); compreender as ações de trabalho e sobrevivência perpassadas pelos comportamentos cooperativos ou competitivos dos associados (Maia, 2009); relações de reciprocidade e suas implicações no processo de incubação (Kirsch, 2007); origens e consequências da ideia de transferência de conhecimentos na atuação das ITCPs (Fraga, 2012); configuração política e educacional da prática de incubação (Pinheiro, 2010); e contradições presentes nas práticas da economia popular solidária e na educação popular bem como tensionamentos causados pelas diferenças culturais entre os atores envolvidos (Dias, 2014; Ribeiro, 2016).

4.3 Organização de cooperativas

A terceira categoria temática foi “organização de cooperativas”, com doze artigos (16,4%). Nessa categoria estão agregados os textos que abordam, sobretudo por meio de estudo de casos, diferentes formas de intervenção das ITCPs, no intuito de viabilizar a organização de cooperativas de trabalhadores.

As experiências identificadas demonstram aspectos relevantes para análise da atuação das ITCPs no processo de formalização e viabilização econômica de cooperativas em diferentes contextos setoriais, entre os quais se pode destacar: atuações estratégicas e modelos de decisão produtiva de cooperados (Galuch, 2011; Jesus, 2012; Nascimento, 2019); gestão, processo produtivo e formação de novas lideranças (Oliveira, 2014); elaboração de ferramentas contábeis compatíveis com os ideais cooperativistas (Nascimento, 2016); particularidades entre cooperativas urbanas e rurais, em termos de oportunidades e limites que elas enfrentam no processo de geração de trabalho e renda (Gallo, 2003); garantia de direitos sociais e estratégias econômicas em empreendimentos de catadores de material reciclável (Ferreira, 2017; Guimarães, 2018); limites do ordenamento jurídico para a formalização de empreendimentos cooperativos populares (Moya, 2013); estratégias de acumulação de capital, conflitos de classe e constituição das forças do trabalho em cooperativas oriundas de empresas recuperadas por trabalhadores (Fronza, 2006); particularidades do cooperativismo no Brasil e na Argentina (Pereira, 2007); e também uma análise bibliométrica sobre a concepção e a prática da autogestão em empreendimentos associativos (Korosue, 2007).

4.4 Metodologia de intervenção

A quarta categoria destacada é sobre “metodologia de intervenção”, com onze artigos identificados (15,1%). Eles tratam sobre experiências de atuações e sistematizações metodológicas referentes à prática das ITCPs, no intuito de trilhar caminhos emancipatórios, transformadores e libertários para os trabalhadores envolvidos.

Os textos, assim como nas categorias anteriores, permitem problematizar a prática extensionista das ITCPs no que ela possui de mais particular, que é a relação dialógica com os distintos públicos e contextos nos quais incidem suas ações. Destacam-se as seguintes questões: histórico, dinâmica interna, projetos, princípios e referenciais teórico-metodológicos da atividade de incubação (Oliveira, 2002; Gaivizzo, 2006; Souza, 2010); potenciais de ações de extensão desenvolvidas por ITCPs em diferentes contextos territoriais (Matos, 2015; Meira, 2005; Pires, 2019; Silva, 2010); relacionamento institucional das ITCPs nas universidades para a prática extensionista (Guimarães, 2015); métodos participativos no processo de incubação (Nardini, 2007); particularidades da pré-incubação (Jorge, 2015); e desafios metodológicos para a incubação de grupos no campo da saúde mental (Tagliaferro, 2011).

4.5 Tecnologia social

A quinta categoria analítica foi denominada “tecnologia social”,¹¹ composta por oito artigos (10,9%). Eles abordam questões referentes à inovação social sobre a qual se desdobra a própria concepção de economia solidária presente na prática das ITCPs. É por meio desse conceito que, através da extensão universitária, são projetadas alternativas para as demandas oriundas das tradicionais relações econômicas que chegam até as incubadoras.

Os temas principais identificados para essa categoria foram: tecnologia social como elemento de indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão na prática das ITCPs (Nascimento, 2013); formação de redes locais (Castro, 2014); transferência de tecnologia para a eficácia organizacional de cooperativas incubadas (Major, 2001); alternativas tecnológicas para agricultura familiar e agroecologia como paradigma de sustentabilidade em EES (Carvalho, 2008; Condé, 2013; Gomes, 2013; Morges, 2020); e relações entre gênero e tecnologia no contexto das experiências de economia solidária (Vasconcellos, 2012).

4.6 Demais categorias

Outros três grupos foram categorizados para fins desta pesquisa. Entre eles, a categoria “psicologia social” ficou com seis textos (8,2%), com estudos que refletem sobre a construção de sentidos e subjetividades de trabalhadores associados e a importância das incubadoras nesse processo. De forma mais pormenorizada, podem-se destacar os seguintes temas abordados: dilemas, ambiguidades e obstáculos à internalização de valores e princípios da economia solidária nas práticas cotidianas de pessoas associadas aos empreendimentos (Bergonsi, 2011; Dal Magro, 2006; Lisniowski, 2010; Vieira, 2013); aspectos da subjetividade individual e coletiva de agentes econômicos representantes da economia solidária (Oliveira, 2021); e promoção da saúde mental, desenvolvimento humano, autonomia e trocas sociais (Miloni, 2009).

Passando para a categoria “desenvolvimento local”, foram identificados cinco textos (6,8%), cujo enfoque principal refere-se à mobilização de recursos humanos,

11. Segundo Correio (2011, p. 1), a tecnologia social pode ser entendida como: o resultado da ação de um coletivo de produtores sobre um processo de trabalho que, em função de um contexto socioeconômico que engendra a propriedade coletiva dos meios de produção, e de um acordo social que legitima o associativismo, o qual enseja no ambiente produtivo um controle autogestionário e uma cooperação de tipo voluntário e participativo, é capaz de alterar este processo no sentido de reduzir o tempo necessário à fabricação de um dado produto e de fazer com que a produção resultante seja dividida de forma estabelecida pelo coletivo.

materiais e ambientais presentes nas próprias localidades com vistas à proposição de alternativas sustentáveis de ação coletiva para a geração de trabalho e renda. Podem-se citar os seguintes temas tratados: projetos e ações intersetoriais, articulações e redes de cooperação para o desenvolvimento territorial (Cambiaghi, 2012; Ferreira, 2010); potencialidades da cadeia produtiva do turismo sustentável (Camargo, 2015; Ramiro, 2009); e melhoria das condições de vida de trabalhadores de EES (Zarpelon, 2007).

Por fim, também foi classificada a categoria analítica “políticas públicas, que contou com quatro textos (5,5% do total). Eles abordaram a interface entre a atividade de incubação e a agenda governamental, dialogando sobre a importância das políticas públicas de apoio aos EES nos diferentes níveis do poder federativo brasileiro, com destaque para: atendimento e adequações pertinentes a programas de gestão de resíduos sólidos (Nascimento, 2015; Kuhn, 2018); contribuições das ITCPs para o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento,¹² da Senaes (Goerck, 2009); e possibilidades oferecidas pelo Proninc (Victória, 2011).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das análises apresentadas e discutidas neste texto, foi possível compreender melhor o estado da arte das pesquisas que dialogam com a temática da economia solidária como diretriz orientadora da extensão universitária por meio das ITCPs. São duas décadas de produção científica multidisciplinar voltada a problematizar o cotidiano dessas práticas espalhadas pelo território brasileiro, cujos resultados servem de insumo para o fortalecimento de sua identidade extensionista no cotidiano dos institutos de educação superior.

Conforme observado, a atividade de incubação de EES (envolvendo qualificação técnica, suporte jurídico e contábil, controle de qualidade, gestão e planejamento, conquista de mercado, apropriação e disseminação tecnológica etc.) parte de uma abordagem interdisciplinar que reúne ensino, pesquisa e extensão que auxilia no cumprimento dos anseios programáticos dos seus respectivos institutos, ao mesmo tempo que se atende a um conjunto de necessidades de parcelas populacionais nos locais onde essas instituições se assentam. Ou seja, os objetivos da incubação não se baseiam somente na produção e disseminação de conhecimento, mas também requer a intervenção sobre a realidade cotidiana de territórios marcados pela vulnerabilidade socioeconômica.

12. Para mais informações sobre o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, ver Silva (2020d).

Para isso, o processo metodológico desenvolvido tem o intuito de viabilizar ações e atividades de formação e assessoramento técnico de caráter participativo e dialógico (troca de saberes), sem deixar de lado a importância da sistematização de experiências que, a seu turno, pode ser considerada um material valioso para novas pesquisas em diversos campos disciplinares. Logo, o envolvimento de discentes, docentes, técnicos e representantes dos empreendimentos ocorre mediado por atividades pedagógicas coletivas, em busca de soluções compatíveis com os interesses e as prioridades das comunidades atendidas. Vislumbra-se, assim, a criação e a apropriação de conhecimentos voltados à construção de processos de desenvolvimento local sustentável, como mostraram as categorias temáticas identificadas.

Por fim, vale ressaltar que as ITCPs se inserem em uma estratégia inovadora de política pública de economia solidária no Brasil, que chegou a seu auge durante o PPA 2012-2015, mas que logo em seguida se defrontou com um cenário de desmantelamento programático, sendo praticamente extinta na agenda federal de governo. Isso coloca o campo de práticas das ITCPs em um contexto bastante desafiador, pois dependerá de uma articulação forte com atores de diversos segmentos e níveis federativos para se manterem atuantes, mesmo em um contexto de possível retomada a partir de 2023, com o anúncio da recriação da Senaes, no também recriado Ministério do Trabalho e Emprego. Portanto, as pesquisas futuras serão de grande relevância na análise desse posicionamento e na busca por sua manutenção como vetor de extensão universitária no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ADDOR, F.; HENRIQUES, F. C. (Org.). **Tecnologia, participação e território**: reflexões a partir da prática extensionista. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2015.
- ADDOR, F.; MAIA, L.; OLIVEIRA, T. Outra inovação é possível: a relevância do Proninc e a consolidação das Ites como espaço de desenvolvimento tecnológico. *In*: SILVA, S. P. (Org.). **Dinâmicas da economia solidária no Brasil**: organizações econômicas, representações sociais e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2020. p. 207-240.
- AIRES, C. F. de C. **Avaliação das ações da rede de incubadoras de cooperativas populares do estado do Rio de Janeiro**. 2019. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

ARRUDA, A. G. **Inovação e pesquisa responsável e engajamento público da ciência: o caso das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares de universidades públicas brasileiras.** 2021. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021.

BELLISSIMO, D. Y. **Empreendimentos econômicos solidários: sistematização da experiência de formação da incubadora Co-Labora.** 2016. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2016.

BERGONSI, S. S. S. **Economia solidária: uma proposta de educação não formal.** 2011. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

BERTUCCI, J. de O. **A produção de sentido e a construção social da economia solidária.** 2010. Tese (Doutorado) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

BRASIL. Decreto nº 7.537, de 17 de novembro de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares – Proninc, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 17 nov. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7357.htm#:~:text=Decreto%20n%C2%BA%207357&text=DECRETO%20N%C2%BA%207.357%2C%20DE%2017,que%20lhe%20confer%20o%20art. Acesso em: 22 jul. 2022.

CAMARGO, A. **Da terra ao mar: turismo de base comunitária no espaço vivido de Superagüi-Guaraqueçaba, Paraná.** 2015. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Turismo, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

CAMBIAGHI, B. P. **Redes de cooperação para desenvolvimento em economia solidária: estudo de caso no município de São Carlos-SP.** 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2012.

CARLOS, A. C. S. **Estado, ideologia e economia solidária: uma análise do Proninc.** 2019. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

CARVALHO, C. D. de. **Análise qualitativa de um projeto com uma família de agricultores no assentamento rural Fazenda Pirituba II.** 2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

CASTRO, I. R. de. **Sustentabilidade ecológica em redes locais de economia solidária.** 2014. Dissertação (Mestrado) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

CONDÉ, G. M. de O. **Um estudo sobre as demandas dos produtores de alimentos orgânicos de Valença-RJ em face a implantação do campus do Cefet-RJ**. 2013. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2013.

CORREIO, R. P. D. Tecnologia social: base conceitual. **Ciência e Tecnologia Social**, v. 1, n. 1, p. 1-11, jul. 2011.

CORTEGOSO, A. L.; LUSSI, I. O. Condições favorecedoras para atividades articuladas de ensino, pesquisa e extensão da Incoop. *In*: CORTEGOSO, A. L. *et al.* **Economia solidária: a experiência da UFSCar em uma década de ensino, pesquisa e extensão**. São Carlos: Ed. UFSCar, 2016.

COSTA, B. L.; DIAS, M. M.; SILVA, M. G. da. Economia solidária e extensão universitária: 20 anos da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Viçosa (ITCP-UFV). **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, Brasília, Ipea, n. 76, p. 1-15, out. 2023.

CULTI, M. N. **O desafio do processo educativo na prática de incubação de empreendimentos econômicos solidários**. 2006. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

DAL MAGRO, M. L. P. **Os sentidos do trabalho para sujeitos inseridos em “empreendimentos solidários”**. 2006. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

DIAS, V. G. **Autogestão com ênfase no processo educativo**: Associação Recicladora Vitória e Intcoop: Furg Rio Grande/RS. 2014. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

FERREIRA, D. M. **Economia solidária como estratégia para o desenvolvimento territorial: a atuação da Incoop no Jardim Gonzaga e entorno, São Carlos-SP**. 2010. Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

FERREIRA, R. C. **Estratégias para o aumento de rendimentos de catadores de materiais recicláveis com uso da simulação a eventos discretos**. 2017. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Itajubá, Itajubá, dez. 2017.

FERREIRA, F. M. **Economia solidária: um estudo sobre as incubadoras públicas municipais**. 2018. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

FONSECA, L. G. de S. **Em meio a extensão universitária, desenvolvimento socioeconômico e empreendimentos solidários**: a incubadora tecnológica de cooperativas populares da Universidade Federal de Itajubá. 2019. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade, Universidade Federal de Itajubá, Itajubá, 2019.

FRAGA, L. S. **Extensão e transferência de conhecimento**: as incubadoras tecnológicas de cooperativas populares. 2012. Tese (Doutorado) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

FRANÇA FILHO, G. C. de; LAVILLE, J. L. **Ação pública e economia solidária**: uma perspectiva internacional. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006.

FRANÇA FILHO, G. C. de; REIS, T. A.; CASTRO, I. R. de. Inovações e desafios na trajetória da incubação em economia solidária e a experiência dos centros públicos de Ecosol da Bahia. **Ciência e Tecnologia Social**, v. 4, n. 1, p. 89-111, 2021.

FRONZA, C. S. **As forças do trabalho no setor têxtil e vestuário**: a Fino Toque Têxtil Cooperativa. 2006. Dissertação (Mestrado) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

GAIVIZZO, S. B. **Limites e possibilidades da economia solidária no contexto das transformações do mundo do trabalho**: a experiência da incubadora de cooperativas populares da Universidade Católica de Pelotas. 2006. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

GALLO, A. R. **Empreendimentos econômicos solidários**: alternativas organizacionais de (re)inserção social e econômica. 2003. Tese (Doutorado) – Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2003.

GALUCH, M. V. **Cooperativismo, política pública e economia solidária**: o caso da Bioleite – municípios de Cruzeiro do Oeste e Tapejara - PR. 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011.

GOERCK, C. **Programa de economia solidária em desenvolvimento**: sua contribuição para a viabilidade das experiências coletivas de geração de trabalho e renda no Rio Grande do Sul. 2009. Tese (Doutorado) – Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

GOMES, J. D. **Educação de agricultores familiares**: estudo de caso sobre o uso e conservação do solo no município de Tunas do Paraná (PR). 2013. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência do Solo, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

GUERRA, A. C. **Gestão de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares: uma análise comparativa.** 2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2008.

GUIMARÃES, F. C. **Desafios enfrentados pela incubadora tecnológica de cooperativas populares da Universidade Federal de Itajubá:** Intecoop Unifei – um estudo de caso. 2015. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade, Universidade Federal de Itajubá, Itajubá, jun. 2015.

GUIMARÃES, V. M. C. **Direitos humanos no universo da catação de recicláveis de Goiânia:** a economia solidária como construção da emancipação social ou inclusão marginal? 2018. Dissertação (Mestrado) – Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Direitos Humanos, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

IADH – INSTITUTO DE ASSESSORIA PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO. **Avaliação do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (Proninc):** relatório final. Recife: IADH, 2011.

JESUS, M. C. de. **A mensuração do resultado econômico e a economia solidária:** a demonstração de resultados frente às novas realidades econômicas e sociais. 2012. Dissertação (Mestrado) – Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

JORGE, A. da F. **O processo de (pré)incubação na economia solidária:** o caso de um grupo de mulheres inseridas na indústria da construção civil. 2015. Dissertação (Mestrado) – Centro Universitário La Salle, Canoas, 2015.

KIRSCH, R. **Incubação de empreendimentos da economia solidária e as implicações das relações de reciprocidade.** 2007. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

KOROSUE, A. **Autogestão e relações de trabalho:** transformação ou manutenção das condições de trabalho no capitalismo? 2007. Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, abr. 2007.

KUHN, N. **A aproximação e o papel da extensão universitária da ITCEES-UFFS para o atendimento à Política Nacional de Resíduos Sólidos no município de Cerro Largo-RS.** 2018. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas, Universidade Federal da Fronteira Sul, Cerro Largo, 2018.

LISNIEWSKI, S. A. **Análise da ambiguidade discursiva em uma cooperativa popular na economia solidária:** Brasil – 2000/2010. 2010. Tese (Doutorado) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

MAIA, D. M. **A dimensão educativa da cooperativa popular**. 2009. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

MAJOR, M. C. **A transferência de tecnologia em cooperativas**: estudo de casos de incubadoras no estado do Rio de Janeiro – Coppe-UFRJ e Cefet-Campos. 2001. Dissertação (Mestrado) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2001.

MATOS, L. F. de. **Extensão universitária e economia solidária**: efeitos e potenciais de ações de incubadoras da UFRN na comunidade povoado Cruz Currais Novos/RN. 2015. Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

MEIRA, L. **A gestão de empreendimentos econômicos solidários**: olhares das ITCPs USP, UFRJ e Uneb. 2005. Dissertação (Mestrado) – Núcleo de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

MELO NETO, J. F. de. **Extensão universitária é trabalho**. João Pessoa: Ed. UFPB, 2004.

MILES, D. C. **A educação na economia solidária e seu potencial emancipatório na construção de uma cadeia produtiva solidária binacional do PET**. 2014. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Porto Alegre, 2014.

MILIONI, D. B. **A experiência de trabalho de usuários de um Caps, integrantes de um empreendimento solidário**: construindo vidas e possibilidades. 2009. Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

MORAES, E. da S. **Modelo para gestão estratégica de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares**. 2018. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2018.

MORAIS, C. A. de; MOLINA, W. de S. L. Incubadora universitária de empreendimentos de economia solidária: perspectivas de gestão de um sistema não hierarquizado e suas relações com o sistema burocrático. **Ciência e Tecnologia Social**, v. 4, n. 1, p. 72-88, 2021.

MORGES, R. N. **Experiências de tecnologia social e agricultura familiar**: no contexto do município de Tunas do Paraná (PR). 2020. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

MOYA, R. D. **Limites à economia solidária: legitimidade e legalidade – o caso da cooperativa Cooperlimp e seus impactos no desenvolvimento territorial.** 2013. Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

NARDINI, T. **A utilização de métodos de planejamento participativo durante o processo de incubação de cooperativas populares.** 2007. Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

NASCIMENTO, A. A. do. **Gerenciamento de resíduos sólidos urbanos: o programa de coleta de lixo da região metropolitana de Goiânia-GO.** 2015. Dissertação (Mestrado) – Programa de Mestrado em Engenharia de Produção e Sistemas, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, mar. 2015.

NASCIMENTO, I. R. T. do. **Incubadoras de economia solidária e extensão universitária: possibilidades e inovação.** 2013. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

NASCIMENTO, L. M. F. **O ensino contábil para empreendimentos econômicos solidários: um estudo na incubadora social da Universidade Federal de Goiás.** 2016. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2016.

NASCIMENTO, L. da S. **Embarques e desembarques no Porto Social: análise das estratégias de coopetição no contexto do empreendedorismo social.** 2019. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

NEVES, W. A. **A incubadora de cooperativas do Neth/UFGM: aproximações para se compreender os processos de incubação – um estudo de caso.** 2006. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 28 abr. 2006.

NÓBREGA, J. S. **As possibilidades de uma ecologia de saberes: a negociação de sentidos no processo de incubação.** 2006. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

OLIVEIRA, A. L. de. **A atuação da incubadora tecnológica de cooperativas populares da Universidade Regional de Blumenau: a economia solidária no debate acerca do desenvolvimento regional.** 2002. Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências Humanas e Comunicação, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, dez. 2002.

OLIVEIRA, L. J. R. de. **Incubadoras universitárias de empresas e de cooperativas: contrastes e desafios.** 2003. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, jun. 2003.

OLIVEIRA, F. P. S. de. **Alianças estratégicas enquanto formas micro organizacionais em cooperação competitiva**: o caso da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – Rede de ITCPs. 2005. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, ago. 2005.

OLIVEIRA, M. C. dos S. B. de. **Conversão do conhecimento**: estudo de caso em incubadora universitária de empreendimentos de economia solidária. 2012. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

OLIVEIRA, M. F. G. **Gestão de empreendimentos econômicos solidários**: o caso da Cooperativa Múltipla Fontes de Engomadeira – Coofe, Bahia. 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica de Salvador, Salvador, 2014.

OLIVEIRA, K. D. da S. **O perfil da gestão nas incubadoras tecnológicas de cooperativas populares vinculadas as universidades federais**: um estudo multicase. 2017. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Vale do Jequitinhonha e Mucuri, Teófilo Otoni, 2017.

OLIVEIRA, M. M. V. de. **Complexidade, subjetividade e gestão das relações colaborativas na economia solidária**. 2021. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação Multi-Institucional em Difusão do Conhecimento, Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2021.

PEREIRA, M. C. C. **Experiências autogestionárias no Brasil e Argentina**. 2007. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, mar. 2007.

PEREIRA, C. M.; SILVA, S. P. A nova lei de cooperativas de trabalho no Brasil: novidades, controvérsias e interrogações. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, Brasília, n. 53, p. 65-74, nov. 2012.

PINHEIRO, D. C. **A educação e a gestão na economia solidária**: um estudo sobre os processos de formação das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares. 2010. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

PIRES, M. E. L. V. **Desafios e perspectivas da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Juiz de Fora e a sua interface com os empreendimentos incubados**. 2019. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019.

PISICCHIO, R. J. **O trabalho das incubadoras de empreendimentos solidários do Paraná.** 2014. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

RAMIRO, R. C. **Economia solidária e turismo:** a experiência da incubação de cooperativas populares na cadeia produtiva do turismo na região Nordeste do Brasil. 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

REIS, A. A. dos; FERREIRA, C. P.; NASCIMENTO, W. L. N. do. Economia solidária na Amazônia: a experiência da Incubadora Tecnológica de Desenvolvimento e Inovação de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (Incubitec). *In:* ADDOR, F.; LARICCHIA, C. R. (Org.). **Incubadoras tecnológicas de economia solidária:** experiências e reflexões a partir da prática. Rio de Janeiro: Soltec, 2018. v. 2, p. 119-136.

RIBEIRO, G. M. de C. **O processo de incubação social da Universidade Federal de Goiás:** os desafios para a interação significativa na construção do conhecimento. 2016. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

RUFINO, S. Por uma engenharia popular e solidária! *In:* ADDOR, F.; LARICCHIA, C. R. (Org.). **Incubadoras tecnológicas de economia solidária:** experiências e reflexões a partir da prática. Rio de Janeiro: Soltec, 2018. v. 2, p. 27-46.

RUFO, C. R. **A construção de um modelo multirreferencial para a coordenação de projetos coletivos em um Núcleo de Economia Solidária.** 2018. Tese (Doutorado) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.

RUWER, L. M. E. **Incubadoras universitárias na economia solidária:** embriões da transformação? 2011. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2011.

SAKITA, D. Z. **Inovação em serviços e desempenho organizacional:** estudo de empresas graduadas pela Incubadora de Base Tecnológica da Universidade de Brasília. 2015. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

SANTANA, C. R. de. **Educação em economia popular solidária:** o discurso educativo de incubadoras de empreendimentos solidários populares. 2012. Tese (Doutorado) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

SILVA, A. R. P. e. **Sustentabilidade de empreendimentos econômicos solidários:** contribuições e desafios do PITCPES/UFPA a partir da análise da Cooperativa dos Fruticultores de Abaetuba – Cofruta. 2010. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

SILVA, S. P. Entidades de apoio e fomento à economia solidária no Brasil: uma análise exploratória. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, Brasília, n. 61, p. 105-116, out. 2016.

SILVA, S. P. Dimensões socioestruturais dos empreendimentos de economia solidária no Brasil. *In*: SILVA, S. P. (Org.). **Dinâmicas da economia solidária no Brasil**: organizações econômicas, representações sociais e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2020a. p. 45-82.

SILVA, S. P. O campo de pesquisa em economia solidária no Brasil: histórico, abordagens metodológicas e dimensões analíticas. *In*: SILVA, S. P. (Org.). **Dinâmicas da economia solidária no Brasil**: organizações econômicas, representações sociais e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2020b. p. 19-44.

SILVA, S. P. A trajetória sócio-organizativa do movimento social de economia solidária no Brasil. *In*: SILVA, S. P. (Org.). **Dinâmicas da economia solidária no Brasil**: organizações econômicas, representações sociais e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2020c. p. 241-272.

SILVA, S. P. A Política Nacional de Economia Solidária no ciclo de planejamento orçamentário (2004-2019): da inserção na agenda à crise de paradigma. *In*: SILVA, S. P. (Org.). **Dinâmicas da economia solidária no Brasil**: organizações econômicas, representações sociais e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2020d. p. 375-409.

SILVA, S. P. Da inserção ao desmantelamento da política de economia solidária na agenda governamental (2003-2019). **Revista Brasileira de Economia Social e do Trabalho**, v. 3, p. 1-28, 2021.

SILVA, S. P.; CORSEUIL, C. H.; COSTA, J. S. (Org.). **Impactos da pandemia de covid-19 no mercado de trabalho e na distribuição de renda no Brasil**. Brasília: Ipea, 2022.

SOUZA, A. L. P. de M. **Prestação de serviços de natureza comunitária da extensão da Fafire**: projeto semeando o futuro. 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

TAGLIAFERRO, P. **Enfrentando desafios e construindo possibilidades**: a experiência da equipe no processo de incubação de um empreendimento solidário formado por usuários de um Caps. 2011. Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

TISCOSKI, G. P. **O processo de aprendizagem organizacional em uma incubadora social**. 2016. Tese (Doutorado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

VARANDA, A. P. de M.; CUNHA, P. C. C. B. (Org.). **Diagnóstico e impactos do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares**. Rio de Janeiro: Fase, 2007.

VASCONCELLOS, B. M. de. **Gênero, tecnologia e economia solidária**: reflexões a partir da experiência de uma associação de mulheres rurais. 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

VICTÓRIA, L. **O Proninc e seu reflexo na ação social das incubadoras tecnológicas de cooperativas**. 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2011.

VIEIRA, E. M. **Cultura política, capital social e cooperativismo**: a reemergência da autogestão dos trabalhadores a partir da década de 1990. 2013. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

ZARPELON, A. P. G. **Contribuições da incubadora tecnológica de cooperativas populares da Unochapecó para a proposta de geração de trabalho e renda em empreendimentos de economia popular solidária**. 2007. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARROS, C. K. de; FERREIRA, J. M.; TAVARES, A. de O. Incubação em economia solidária: a experiência da Iteps no Cariri cearense. In: ADDOR, F.; LARICCHIA, C. R. (Org.). **Incubadoras tecnológicas de economia solidária**: experiências e reflexões a partir da prática. Rio de Janeiro: Soltec, 2018. v. 2, p. 79-95.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

EDITORIAL

Coordenação

Aeromilson Trajano de Mesquita

Assistentes da Coordenação

Rafael Augusto Ferreira Cardoso

Samuel Elias de Souza

Supervisão

Ana Clara Escórcio Xavier

Everson da Silva Moura

Revisão

Alice Souza Lopes

Amanda Ramos Marques Honorio

Barbara de Castro

Brena Rolim Peixoto da Silva

Cayo César Freire Feliciano

Cláudio Passos de Oliveira

Clícia Silveira Rodrigues

Olavo Mesquita de Carvalho

Regina Marta de Aguiar

Reginaldo da Silva Domingos

Jennyfer Alves de Carvalho (estagiária)

Katarinne Fabrizzi Maciel do Couto (estagiária)

Editores

Anderson Silva Reis

Augusto Lopes dos Santos Borges

Cristiano Ferreira de Araújo

Daniel Alves Tavares

Danielle de Oliveira Ayres

Leonardo Hideki Higa

Natália de Oliveira Ayres

Capa

Aline Cristine Torres da Silva Martins

Projeto Gráfico

Aline Cristine Torres da Silva Martins

The manuscripts in languages other than Portuguese published herein have not been proofread.

Ipea – Brasília

Setor de Edifícios Públicos Sul 702/902, Bloco C

Centro Empresarial Brasília 50, Torre B

CEP: 70390-025, Asa Sul, Brasília-DF

Missão do Ipea
Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.